

Visibilidade de Comunidades Tradicionais Paranaenses através da Construção de Materiais Didáticos

La Visualización de Comunidades Tradicionales Paranaenses a través de la Construcción de Materiales Didáticos

Visibility of Traditional Communities from Paraná through the construction of didactic materials

Adriane de Andrade¹
Vinícius Eduardo Wassmansdorf²

Resumo

Durante a década de 80, um conjunto de mobilizações emergem no cenário agrário brasileiro representando as lutas das comunidades tradicionais contra diferentes formas de subalternização material e simbólica e pela afirmação das suas territorialidades. Um exemplo da invisibilização destes grupos pode ser observado nos livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras onde diversos sujeitos do campo são apresentados a partir do olhar eurocêntrico, o que leva a uma distorção e ocultação de suas práticas, saberes e conflitos. É fundamental, deste modo, a construção de materiais didáticos que tragam à tona suas geo-grafias a partir da ecologia de saberes, fruto da dialogia entre os conhecimentos populares e científicos. Neste sentido, apresentamos alguns caminhos possíveis trilhados por Comunidades Tradicionais do Paraná, mais especificamente benzedeirias e faxinalenses que buscam, na construção de materiais didáticos, outras formas de visibilização, que nesta perspectiva passa a ser uma prática contra-hegemônica, pois dá voz àqueles que são tratados como o atraso do campo brasileiro, demonstrando suas (r)existências frente ao avanço do capitalismo no campo e à profundidade e diversidade de seus saberes.

Palavras-chave: Povos e Comunidades Tradicionais, Materiais didáticos, Educação Popular e Ecologia de Saberes.

Resumen

En Brasil, en los años 80, una serie de movilizaciones emergen en la escena agrícola brasileña que representa las luchas de las comunidades tradicionales contra diferentes formas de subordinación material y simbólica, y la afirmación de su territorialidad.. Un ejemplo de la invisibilidad de estos grupos se puede observar en los libros didácticos utilizados en las escuelas brasileñas donde varios sujetos del campo se presentan desde la mirada eurocéntrica, lo que conduce a la distorsión y ocultación de sus prácticas, saberes y conflictos. Es esencial, por lo tanto, la construcción de materiales didácticos para sacar a la luz sus geografías por medio de la ecología de saberes, fruto de la dialogía entre el conocimiento popular y científico. En este sentido, presentamos algunos posibles caminos utilizados por las comunidades tradicionales de Paraná, más específicamente benzedeirias y faxinalenses que buscan otras formas de visibilización a través de la construcción de materiales didácticos, que en esta perspectiva se convierte en una práctica contrahegemónica, que da voz a los que son tratados como el retraso del campo brasileño, lo que demuestra sus r-existências contra el avance del capitalismo en el campo y la profundidad y diversidad de sus saberes.

Palabras-clave: Pueblos y Comunidades Tradicionales, Materiales didácticos, Educación popular y Ecología de Saberes.

¹ Mestranda em Geografia; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Curitiba, Paraná, Brasil; adriandedeandrade@yahoo.com.br. Trabalho apresentado no I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura-SEMLACULT, Foz do Iguaçu/PR, Brasil, 2017.

² Licenciado em geografia; Universidade Federal do Paraná- UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil; viniciuswass@gmail.com

Abstract

In Brazil, in the 1980's, several mobilizations show up on agrarian scenario. Those mobilizations represents the struggle of traditional communities against different ways of material and symbolical subalternation and for the assertion of their territoriality (CRUZ, 2013, p.127). An example of the invisibility of those groups can be observed on pedagogical books used at brazilian schools, where many country men and women are introduced from eurocentric patterns, what leads us to a distortion and concealment of their habits and practices, knowledge and conflicts. This way, it is really important the development of didactic instruments that are capable to reveal their geographies, starting from the ecology of knowledges, which is a result of the dialogue between popular and scientific background. As far as it is concerned, we introduce some possible directions that had already been followed by Traditional Communities of Paraná, more especifically by benzedeiros and faxinalenses. They look for another ways of visibility on making didactics materials, and it becomes a counter-hegemonic practice, because it gives voice for those who are treated as the delay of brazilian field, showing their resistance face to the advance of agrarian capitalism and depth and diversity of their knowledge.

Key-words: People and Traditional Communities, Didactic Materials, Popular Education and Ecology of Knowledges.

1.A invisibilidade/desqualificação de saberes

Os Povos e Comunidades Tradicionais são grupos formados por uma grande diversidade de origens sociais, étnicas e culturais, o que implica uma grande pluralidade de sujeitos coletivos protagonistas. São as quebradeiras de coco, pescadores artesanais, cipozeiras, benzedeiros, faxinalenses, entre outros que emergem nesse cenário, na luta pelos seus direitos para enfrentar as situações que lhes são adversas. Tem como característica marcante uma forte relação de interdependência com a natureza e um vínculo afetivo intenso com o lugar onde vivem (ALMEIDA, 2004; CRUZ, 2013).

Atualmente, esses grupos sociais vêm marcando a cena agrária brasileira devido aos inúmeros conflitos ocasionados pela expansão capitalista no campo, relacionados ao avanço das agroestratégias, acionadas pelo interesse do agronegócio, com fins de expandir seu domínio sobre amplas extensões de terras no Brasil “por meio da intensificação de medidas que objetivam remover obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, resultando em processos de desterritorialização no campo brasileiro” (ALMEIDA, 2010 p.101). Estes movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 2008, p.19).

A luta desses povos está relacionada com a invisibilidade social que é evidenciada na inexistência de estatísticas e censos oficiais relacionados a esses povos, o que levou estes grupos a elaborarem seus próprios levantamentos na tentativa de afirmar sua existência coletiva em meio a tensões, disputas e pressões que ameaçam seus direitos étnicos e coletivos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e diversos outros dispositivos jurídicos

infraconstitucionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho[3] (REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2010).

Nessa conjuntura, nasce em 2008 o movimento social no Paraná denominado “Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais” para buscar estratégias de resistência e de enfrentamento dos Povos e Comunidades Tradicionais Paranaenses. As comunidades tradicionais são representadas, no estado, pelos povos indígenas, quilombolas, os pescadores artesanais, benzedeiros, cipozeiras, ilhéus, os povos dos faxinais, gitanos e as comunidades de terreiro. Segundo dados da Rede Puxirão, estima-se que a população que integra o movimento seja de aproximadamente 198 mil pessoas, o que representa 1,9% da população do estado. (MONTENEGRO GOMEZ, 2011).

O objetivo desse artigo é mostrar possibilidades outras, visibilizando esses sujeitos, mais especificamente os grupos de Benzedeiros pertencentes à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná, através da construção de materiais didáticos que valorizam a pluralidade cultural, estabelecendo um elo entre educação popular, a ecologia de saberes e os povos e comunidades tradicionais do Paraná, utilizando a Geografia como ponte na construção desse material que une os diferentes saberes, oferecendo instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social.

Para iniciar essa discussão, é importante salientar um dos conceitos que servem como pano de fundo deste artigo – a “sociologia das ausências” - do sociólogo Boaventura de Souza Santos (2007, p.28-29):

[...] sociologia das ausências é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível a realidade hegemônica do mundo. e é isso que produz a contradição do presente, o que diminui a riqueza do presente.

Analisando a questão da invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) nos materiais didáticos produzidos pelo Estado, podemos verificar uma evidência da produção de ausências mencionadas por Boaventura que é a “monocultura do saber ou do rigor do saber”, monocultura essa que dá o *status* à ciência moderna eurocentrista como único espaço de saber válido, ignorando os saberes tradicionais e populares produzidos por estes grupos sociais.

Neste sentido, como bem explica Rosana Medeiros de Oliveira (2017), a monocultura do saber euro-ocidental, através da desqualificação e invisibilização, é a responsável pela subalternização dos saberes produzidos por sujeitos do campo, os quais são

considerados inúteis ou inválidos e, portanto, invisibilizados. Infelizmente esta postura epistemológica se perpetua em diversos espaços educativos, principalmente nas universidades e escolas brasileiras, ambas fundadas a partir dos moldes europeus. Sobre isso, Katuta afirma que:

[...] a instituição escolar que temos em todos os níveis de ensino, fundada na razão moderna colonial (“hybris del punto cero”) constituiu-se nos e sobre os diversos territórios colonizados tendo como base a negação das identidades, práticas e conhecimentos socioterritoriais dos sujeitos e suas comunidades, operando assim no fortalecimento de relações sociais altamente hierarquizadas em seu interior e privilegiando abordagens descontextualizadas e absolutizadas dos conhecimentos-conteúdos, fazendo muitos acreditarem em sua neutralidade e universalidade. (KATUTA, 2016, p.07)

Essa ausência e negação de diferentes grupos e etnias (e conseqüentemente, de outros saberes) está fundada na colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Segundo Grosfoguel (2008), ela se instalou nas Américas com a invasão europeia e impôs não só um sistema econômico voltado para produção/exportação de mercadorias, mas também outra estrutura de poder, baseada no homem heterossexual/ branco /patriarcal /cristão /militar /capitalista /europeu. Para este autor, a colonialidade pode ser entendida através da interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias - nomeadas como “heterarquias” - responsáveis por:

[..] formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial, do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigurava transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder. (GROSFOGUEL, 2008, p.123)

Essas heterarquias produz o “epistemicídio”, a morte de conhecimentos alternativos que descredibiliza todos os outros saberes. O autor Boaventura de Souza Santos(2007) destaca como uma *injustiça cognitiva*: a de que só um conhecimento é reconhecido como legítimo. Este pensamento abissal da ciência moderna se assenta na afirmação da invisibilidade e inexistência de outras formas de conhecimento, de ciência e racionalidade. Um modelo segregador de conhecimento que colocou o campesinato, as mulheres, os povos indígenas, negros e os trabalhadores de modo geral como irracionais e incapazes de produzir conhecimentos legítimos (SANTOS, 2007).

Ainda segundo o autor, “[...]a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida

em que se esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética. ” (SANTOS, 2004, p.4). O objetivo deste artigo é justamente mostrar como é possível dialogar com diferentes saberes, sem ser excludente com nenhuma forma de conhecimento. Para isso, se faz necessário entender a construção do conhecimento sobre a questão agrária, especificamente, nos livros didáticos.

2. Breves reflexões sobre a Geografia Agrária nos Livros Didáticos

Neste ponto, procuramos compreender de que maneira a Geografia Agrária, principalmente a questão dos conflitos e sujeitos do campo, entre eles os povos e comunidades tradicionais, está presente em alguns livros didáticos que, em muitos casos, são o único material ofertado pelo Estado nas escolas e que orientam boa parte das atividades em sala de aula no país.

Nabarro e Tsukamoto ao falarem sobre a ideologia presente na sociedade e, conseqüentemente, na escola e no material didático, afirmam que os “[...] materiais de apoio as aulas, normalmente elaborados por órgãos do Estado ou por editoras, homogêizam conteúdos, não valorizando assim realidades locais, impondo a visão dominante” (NABARRO e TSUKAMOTO, 2009, p. 13). Alerta, ainda, sobre os diferentes interesses entre as classes no que se refere a questão agrária:

É um tema permeado ideologicamente por diversos interesses de classes distintas, devendo ser tratado nos livros de forma crítica. Para formar cidadãos crítico-reflexivos são necessários materiais de apoio que resgatem os conteúdos ao longo do processo histórico, esclarecendo suas causas e conseqüências para a sociedade, não permitindo que tanto a educação quanto o livro didático atuem como difusores de preconceitos. (NABARRO e TSUKAMOTO, 2009, p. 16)

Outros pontos importantes, abordados na pesquisa de Santos e Conceição, sobre alguns livros didáticos de Geografia, diz respeito à falta de relação entre os temas da questão agrária e a seleção do conteúdo voltada para cumprir as propostas curriculares estabelecidas pelo Estado:

Assim, a Questão Agrária, importante tema para o entendimento da estruturação social do Brasil, é apresentada em meio a muitas contradições e indefinições. Os temas não mostram relação entre si, sendo apresentados a título informativo de tal forma que se possa apreender este aspecto, contudo, não se visualiza as relações existentes. Conseqüentemente os autores dos livros passaram a observar a Proposta Curricular do Estado como guia para a produção de suas coleções didáticas. De forma geral, a análise dos livros didáticos possibilitou a observação de várias concepções, de autores identificados críticos ou não. De maneira geral, verificou-se a aproximação do conteúdo à proposta curricular (PCN's). Segundo os professores

entrevistados, os livros em sua maioria não trazem análise crítica e atendem às colocações textuais dos PCN's, com a finalidade de adentrar no lucrativo mercado editorial dos livros didáticos. Outro aspecto relevante identificado é a distância entre o conteúdo abordado no livro didático e a realidade do aluno, considerando sobretudo as diversidades sociais, econômicas e culturais do país face sua grande dimensão geográfica. (SANTOS e CONCEIÇÃO, 2009, p. 14)

Como visto, há uma preocupação dos autores e editoras em elaborar seus conteúdos de acordo com os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) para garantir sua inserção no mercado do livro didático no Brasil. Contudo, isso leva a uma homogeneização do campo nos livros didáticos, justamente pela centralização imposta pelos documentos oficiais, pois “[...] as diretrizes nacionais não consideram as especificidades fazendo com que os conteúdos pareçam algo distante do educando.” (SILVA e OLIVEIRA, 2013, p. 105)

Além disso, permanece a razão moderno-colonial na apresentação dos temas que, como visto anteriormente, oculta outros saberes, modos de vida e resistências frente ao avanço do modelo de desenvolvimento hegemônico no campo. Neste sentido, as pesquisadoras Silva e Oliveira afirmam que os livros por elas analisados “[...] não esclarecem sobre o modo de vida no campo e sobre a importância de políticas públicas específicas que respeitem a cultura, o ritmo e as peculiaridades do campo.” (SILVA e OLIVEIRA, 2013, p. 105).

Por tais motivos acreditamos na potencialidade de construir outros materiais didáticos que sirvam como apoio para uma educação descolonial e tragam à tona saberes subalternizados para desvelar aquilo que foi, propositalmente, ocultado, como no caso da presença e resistência de povos e comunidades tradicionais. Um exemplo é a construção da cartilha sobre as benzedadeiras, que será apresentada adiante.

Apesar das limitações, também é preciso descolonizar os livros didáticos adotados pelo Estado, e isto implica “[...] uma mudança em suas imagens e retóricas euro-ocidentais que possa dar a ver os modos diversos de subalternização (em sua geo-sexo-política) e os saberes que têm sido silenciados, caracterizados por outras formas de relacionar-se com a terra e de habitar o planeta.” (OLIVEIRA, 2017, p. 20)

Para além da construção e difusão de materiais didáticos com a perspectiva decolonial, é fundamental a presença desta corrente teórica nos cursos de Licenciatura, possibilitando, aos futuros educadores, ferramentas críticas para analisar o conteúdo dos livros que chegam à escola e, se necessário, adotar outros materiais para orientar o processo de ensino-aprendizagem como abordaremos a seguir.

3. Outros caminhos possíveis

Diante do contexto apontado anteriormente, vem a necessidade de romper com a colonialidade em busca da emancipação e isso passa pela visibilização dos subalternos e de todo potencial de seus saberes em uma descolonização e, conseqüentemente, desobediência epistemológica, promovendo outros lugares de fala (KATUTA, 2016).

Este processo de emancipação através dos conhecimentos e saberes populares podem ser apoiados também na educação libertadora - e popular - de Freire (1980), que toma como ponto de partida o pensar do povo, onde o conteúdo programático é feito a partir da situação concreta, presente, existencial. Ainda segundo Freire:

A situação posta – invariavelmente desfavorável – deverá ser problematizada e apresentada como um desafio com potencial para ser superado através da reflexão e ação (práxis). Os temas geradores são o próprio pensar do povo que não se dá num vazio, mas nas pessoas, na relação entre elas e delas com o mundo. A investigação das temáticas significativas é feita em diálogo e vão ser objeto de reflexão coletiva, num processo de investigação cada vez mais aprofundada, num “ir e vir” buscando aproximação com a totalidade. (1980, p.101-103)

A educação popular, portanto, tem como um de seus fundamentos a transformação social construída através do diálogo a partir da realidade dos educandos proveniente de classes e grupos subalternos. A pesquisadora Conceição Paludo afirma que:

A educação popular, em sua origem, indica a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direitos como formador, e também de voltar a reconhecer que a vivência organizativa e de luta é formadora. Para a educação popular, o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade. Ela se constituiu, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação. (PALUDO, 2012, p. 286)

Assim, torna-se fundamental, a partir da leitura de educadores populares e pensadores decoloniais, a visibilização de outros saberes, que no caso do campo paranaense e brasileiro, tem as comunidades tradicionais como sujeitos protagonistas, as quais resistem ao avanço do agronegócio, dos grandes projetos (como os energéticos, de infraestrutura e mineração), além da criação de Unidades de Conservação etc. que desconsideram as terras tradicionalmente ocupadas, tratando-os como invisíveis e ignorando seus valores e diversidades.

Para sair de um cenário de invisibilidade social, os povos e comunidades tradicionais do Paraná, mais especificamente 6 dos 9 grupos pertencentes à Rede Puxirão de Povos e

Comunidades Tradicionais, vem se apropriando da cartografia social como ferramenta de autoreconhecimento que auxilia no processo de organização e reconhecimento de conflitos e práticas culturais comuns e no estabelecimento de reivindicações compartilhadas (Montenegro Gomez, 2016). Nos últimos anos essa ferramenta tem contribuído para visibilidade dos conflitos sociais enfrentados pelas comunidades tradicionais para a manutenção de seus modos tradicionais de vida

O ENCONTTRA (Coletivo de Estudos de Conflitos pelo Território e pela Terra), do curso de Geografia da UFPR, busca realizar tal tarefa através do apoio na construção comunitária de cartografia sociais em espaços educativos não formais, em um projeto de extensão chamado “Cartografias Participativas como aproximação a Conflitos Territoriais - 4ª fase”. No caso da cartografia social, trata-se de um processo - solicitado pelas comunidades tradicionais - que busca refletir, por meio de discussões coletivas, as práticas, os costumes e os conflitos vivenciados pelas comunidades, além de produzir uma base cartográfica que contenha as expressões territoriais que considerem importantes as suas vidas e resistências, servindo como uma ferramenta para auxiliar nas demandas das comunidades frente ao poder público. Atualmente, o coletivo está na fase final de um processo de cartografia solicitado por uma comunidade faxinalense no município da Lapa/PR e também tem acompanhado a construção da cartografia social das benzedeadas no município de Irati.

O grupo de Benzedeadas se autodenomina como “Movimento Aprendizes de Sabedoria” (MASA), e é formado por benzedeadas e benzedores, curandeadas e curadores, costureiras e costureiros de rendidura e/ou machucadura, rezadeadas e rezadores, remedeadas e remedeados, massagistas tradicionais, parteiras e aprendizes de benzedura representados como detentores de ofício tradicional de cura e de saúde popular, associados a saberes, conhecimentos e práticas tradicionais da região centro sul do estado do Paraná.

O movimento nasceu no “I Encontro Regional de Benzedeadas” realizado em 2008 em Irati-PR, tendo como principal objetivo a luta contra o descaso dos órgãos governamentais e demais instituições da sociedade que, historicamente, excluíram as práticas tradicionais de cura, colocando em risco o repasse desses saberes tradicionais às gerações futuras, ocasionando a perda da cultura tradicional e o uso sustentável dos recursos naturais etc. (LEWITZKI, 2011).

O primeiro mapeamento social das benzedeadas foi realizado em 2009 na cidade de Rebouças, identificando 133 detentores desses saberes populares e contou com a parceria do “Projeto da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”

(PNCDPCTB/Núcleo Sul). Em 2010 foi realizado na cidade de São João do Triunfo e foram identificados 161 detentores de ofício tradicional de cura.

Um dos principais desdobramentos conseguidos após o início dos mapeamentos foi a aprovação de legislação específica de reconhecimento das benzedeadas. Em Rebouças, em 2010, foi aprovada a primeira lei das Benzedeadas, Lei Municipal nº1.401 e em 2012 a segunda Lei Municipal, no município de São João do Triunfo. Ambas as leis reconhecem formalmente as benzedeadas dos municípios, regulariza o livre acesso às ervas e plantas medicinais existentes nos municípios por parte dos benzedores e prevê o acolhimento das práticas tradicionais de cura no sistema formal de saúde. No caso de Rebouças, em maio de 2010, foi constituída a “Comissão de Saúde Popular”, por decreto municipal de nº027, aprovado em maio de 2010, com o objetivo de elaborar propostas e alternativas para esse acolhimento no sistema formal de saúde etc. (LEWITZKI,2011).

Foi através da inserção no “Coletivo Encontra” e a participação na cartografia social das benzedeadas do município de Irati que houve a oportunidade de aproximação dos pesquisadores, resultando em um trabalho de TCC de Licenciatura que teve como produto final uma unidade pedagógica relacionando os saberes tradicionais das benzedeadas e suas dinâmicas territoriais e conflitos em diálogo com a Geografia, a qual detalharemos a seguir.

3.1 Processos de construção da Unidade Pedagógica

Foi buscando transformar algumas dessas ausências em presenças que a unidade pedagógica foi pensada com o objetivo de criar uma ponte entre a educação escolar e os Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, mais especificamente os sujeitos pertencentes ao “Movimento Aprendizes de Sabedoria” (MASA). A proposta está relacionada ao contexto de uma educação emancipatória, a qual busca romper com a lógica educacional tecnicista através da apropriação de elementos culturais relacionados a saberes da medicina popular, estes que foram relegados à crendice e inclusive criminalizados.

Em uma das oficinas organizadas pelo MASA junto as benzedeadas de Irati foi levantada a dificuldade de dar continuidade aos saberes populares para os mais jovens diante da invisibilidade predominante que ainda existe nos materiais produzidos pelo Estado. Por isso foi levantada, como demanda do grupo, a visibilização das práticas através de materiais didáticos voltados para a educação básica nas escolas o que justifica a criação da unidade (Imagem 01).

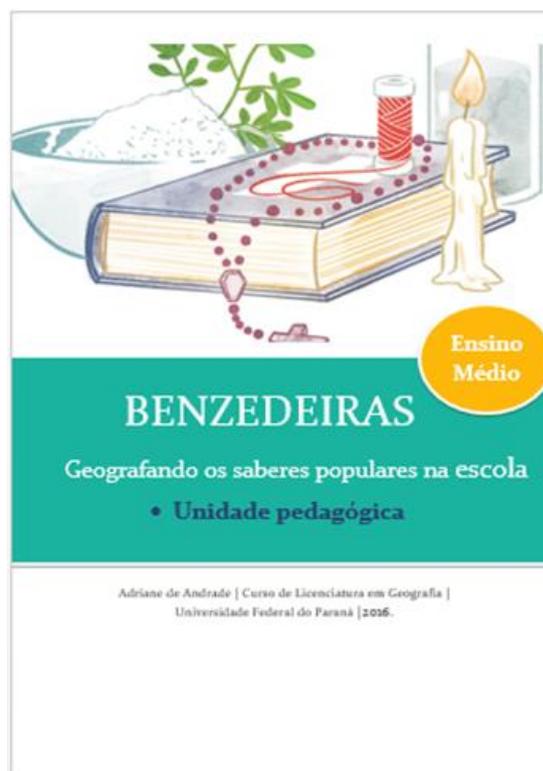


Imagem 01: Capa da Unidade pedagógica

Fonte: Adriane de Andrade (a autora)

O trabalho de campo foi realizado junto ao MASA com a participação do mapeamento social das benzedadeiras que está ocorrendo no município de Irati. Nesse mapeamento ocorrem os diálogos com os sujeitos, o levantamento e a observação das principais práticas, saberes e suas histórias de vida.

Além desse acompanhamento próximo ao movimento, o programa de iniciação à docência - PIBID - proporcionou uma aproximação com a educação através do acompanhamento de alunos do primeiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard, localizado no bairro Sítio Cercado, região sul de Curitiba. Para aproveitar essa troca de saberes e entender sua invisibilidade na educação formal, elaborou-se um questionário que foi aplicado com 50 alunos.

Após a mensuração dos resultados obtidos no questionário, concluiu-se que apenas 22% dos alunos entrevistados conhecem o termo “povos e comunidades tradicionais”, ou seja, o tema é pouquíssimo trabalhado em sala de aula. Porém, 86% afirmou conhecer o termo “benzedeira”, o que nos mostra que, apesar da invisibilidade existente, ainda há uma resistência velada nos discursos. Desses, 56% afirmam que utilizam ou conhecem alguém na família que já procurou um detentor desse ofício tradicional para cura de algum tipo de enfermidade. Ainda no questionário, observamos que 22% dos entrevistados conhecem

benzedoras em Curitiba e 74% dos entrevistados afirmam que suas famílias costumam utilizar plantas medicinais para cura de enfermidades diversas e, desses, 20% plantam algum tipo de erva medicinal em sua casa. Das ervas mais cultivadas estão: Erva doce, camomila, Alecrim, boldo, losna, aloe-vera, eucalipto.

Através dessa pesquisa podemos observar que os saberes tradicionais relacionados à saúde popular ainda são cultivados e mantidos, mesmo na área urbana. Apesar de ainda muito invisibilizados, esses conhecimentos estão presentes no cotidiano das pessoas, o que justifica também a criação desse material, pois trabalha com a aproximação da realidade do educando.

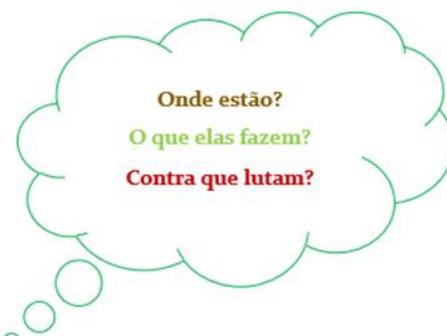
Na busca de temas relevantes a serem discutidos na disciplina de Geografia e que estejam contemplados nos Parâmetros Curriculares Nacionais fazendo uma interface com os sujeitos do MASA, alguns temas geradores foram listados como: diversidade, saberes tradicionais de cura, meio ambiente, saúde.

A opção de trabalhar com temas geradores também é baseada na pedagogia de Freire, que pressupõem um estudo da realidade que compreende o fazer e o pensar, o agir e o refletir, a teoria e a prática. É através de temas geradores que a comunidade pode desvelar os níveis de compreensão que ela própria tem da sua realidade, do outro e de inserir essa realidade imediata em totalidades mais abrangentes (FREIRE, 1980).

A intenção foi trabalhar na construção desses temas de forma que sejam identificadas as diferentes geografias desses sujeitos, a questão cultural, étnica, diversidade de saberes, territorialidades. A elaboração do material didático foi construída com documentos que expandem conteúdos abordados no material e que permitem ir além do considerado essencial, incluindo um conjunto de recursos diversificados que permitam que o professor possa realizar diferentes tarefas com suas características, necessidades e ritmos de aprendizagem.

Na construção da cartilha optou-se por enfatizar as falas dos sujeitos como o caso da Autodefinição (Imagem 02).

Quem são?



Onde estão?
O que elas fazem?
Contra que lutam?

Atividade para casa

Levantar com pais, parentes, vizinhos ou amigos se:

- Conhecem alguma benzedeira? Qual cidade? Nome? Endereço?
- Utilizam ou já utilizaram o serviço oferecido pelas benzedeadas e qual o motivo de procura?
- Cultivam algum tipo de planta medicinal? Costumam utilizar para o alívio de sintomas de problemas relacionados à saúde?



*Promover o debate com as informações levantadas, na aula seguinte.

Quem são?

"Manifestamos nossa existência mediante dezenas de relatos, depoimentos, conhecimento e práticas de cura acumuladas há centenas de anos e transmitidas de geração em geração em benefício de toda a sociedade e em defesa da vida. Nossa importância sempre foi reconhecida pela população local seja no campo e na cidade pelo incontáveis curas realizadas sobre diversas enfermidades, de forma acessível e sem custos o que possibilita saúde a milhares de pessoas, sem que isso signifique prejuízo ou risco à sociedade. Muito pelo contrário, nossa presença e atenção à saúde pública, muitas vezes tem se tornado o principal acesso nas distantes comunidades e garantido saúde a inúmeras pessoas".

(Carta do 1º Encontro Regional de Rezedeadas, Benzedeadas, Curadoras e Costureiras, Itati, 2008).

Imagem 02



Quem são as benzedeadas hoje?

“Benzedeadas são as portadoras atuais de um modo popular de cura elaborado historicamente, e que foi sendo repassado, adaptado e reformulado de geração em geração” (Oliveira, 1988). São detentoras de sabedoria tradicional de cura, denominadas em alguns lugares de Rezedeadas (as), Benzedeadas (as), Curandeadas (as), Messagistas, Costureira de rendidura etc.

Segundo o dicionário de folclore brasileiro a Benzedeadas é tem o poder de proteger as pessoas contra as doenças e outros males pela rezas. Usa água benta, galinhos de plantas, encende velas enquanto vai rezando, e muitas vezes recomenda para o tratamento dos males o uso de chás, pomadas caseiras, garrafadas etc.

Estima-se que existam hoje no estado do Paraná, aproximadamente 17.000 praticantes da arte de curar e ensinar remédios caseiros, colaborando diretamente para a saúde dos milhares de pessoas em todos os municípios do Estado (Movimento Aprendizagem de Sabedoria, 2016).

Imagem 02- Autodefinição do conceito benzedeadas

Fonte: Adriane de Andrade (a Autora)

Iniciamos também a aproximação do aluno com a cartografia social como forma de autoreconhecimento, identidade e reafirmação das lutas dos Povos e Comunidades Tradicionais como ação pedagógica e didática. Outra discussão na cartilha foi acerca dos saberes populares e científicos, trabalhando a questão da diversidade; uma análise geográfica da existência desses sujeitos, territorialidades, origem étnicas dentro da cartilha para que possam ser reconhecidos e visibilizados.

Esse material didático foi construído de forma que contemplasse o conteúdo da Geografia de forma didática, fazendo com que o professor trabalhasse com a função de mediador, solicitando a participação dos alunos nas atividades propostas e buscando fazer a ponte entre o conhecimento do aluno e os saberes populares, buscando proximidade com o cotidiano do aluno, além de dar visibilidade às benzedeadas e suas influências e dinâmicas territoriais para história da saúde popular brasileira.

Através da utilização e discussão do material, um resultado inesperado foi observado, pois cerca de metade dos educandos e educandas, mesmo na metrópole curitibana, afirmaram que já haviam buscado as práticas de cura das benzedeadas. Isto mostra que, apesar da invisibilidade, essas práticas resistem nos mais diversos territórios e por isso devem ser discutidas e apreendidas em toda sua potencialidade, trazendo visibilidade para outros saberes

renegados pela ciência moderna/europeia/branca que, infelizmente, ainda é hegemônica em muitos espaços educativos formais brasileiros.

4.Referências Bibliográfica

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de (et. Alii.) Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-144.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, 2004. p. 09-32.

_____. Direitos territoriais e étnicos: as estratégias do agronegócio na Amazônia. In: ZHOURI, A & LASCHEFSKI, K (Orgs). Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte. UFMG 2008.

CRUZ, V.s.as lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri org. Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.2013.p.119-173

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p.115-147, 2008.

KATUTA, Ângela. Educação popular, pensamento de colonial e formação inicial e continuada de professores da educação do campo. Mimeog. S.N.T.

LEWITZKI, Taisa (org.). Da invisibilidade social, para o reconhecimento formal: o Direito de afirmação da Identidade de Benzedeiras e Benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná. Boletim Informativo Nova Cartografia Social, nº 5, agosto 2011.

LIZ, Pamela Amorim. Marginalização da crença: as práticas de cura em Santa Catarina sob as diferentes óticas. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v.5, n.1, 2011.

MONTENEGRO GOMEZ. J. La Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais del Estado del Paraná(sur de Brasil): conflictos y desafios de lo “nuevo” mediante la ocupación tradicional del territorio*. Curitiba, 2013.

NABARRO, Sérgio Aparecido; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Questão agrária e livro didático de Geografia: uma análise do conteúdo apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de Ensino Fundamental da rede pública de Londrina-PR. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. Anais. pp.1-26. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Nabarro_SA.pdf>. Acesso em: 16/07/2017.

OLIVEIRA, Rosa Medeiros de. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, v.22, n.68, jan-mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 18/03/2017.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos avançados*, São Paulo, v.19, n.55, p.9-31. Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Abril de 2017.

REDE PUXIRÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Povos e comunidades tradicionais: visibilidade social, reconhecimento das identidades coletivas de construção da política estadual de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais do Paraná. Guarapuava, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. *Revista Critica de ciências Sociais*, 63, outubro 2002: 237-280.

SANTOS, Ricardo Menezes; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A questão agrária brasileira nos livros didáticos de Geografia no Ensino Fundamental. In: 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, Porto Alegre, 2009. Anais. pp.1-27. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT1/tc1%20\(14\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT1/tc1%20(14).pdf)>. Acesso em: 16/07/2017.

SILVA, Maria Aline; OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v.17, n.3, p.91-107, set-dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/12494>>. Acesso em: 15/07/2017.